

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA PERSPECTIVA DE CLASSE A LUZ DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION: A CLASS PERSPECTIVE IN THE LIGHT OF THE ETHICAL POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK

Kênia Augusta Figueiredo¹

Fabrcia Cristina de Castro Maciel²

Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro³

RESUMO: Este artigo busca refletir acerca da Curricularização da Extensão Universitária a partir de um resgate histórico crítico da política de Educação no Brasil a qual considera que suas bases se fundamentam na relação de classes, o que dialoga diretamente com o Serviço Social, uma vez que as expressões da Questão Social são estruturantes para a intervenção profissional, sendo o projeto ético político um referencial teórico-metodológico relevante para a superação dos desafios elencados, bem como para a própria organização da Extensão no Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Curricularização da Extensão Universitária; Projeto Ético Político do Serviço Social; Política de Educação

¹Assistente Social. Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC).

² Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/Minas. Mestre em Administração Pública/Gestão de Políticas Sociais pela Fundação João Pinheiro/Escola de Governo de Minas Gerais. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UNESP/Franca/SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE/UNESP); e do Grupo de Estudo e Pesquisa Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (COMPASS/UnB). Professora do Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta/Portugal.

³ Professora Adjunta em exercício Provisório na Universidade de Brasília- UNB- Distrito Federal. Assistente Social(1996), Mestre em Serviço Social (1998) e Doutora (2007)em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tendo sua produção teórica vinculada a problematização do Exercício e formação profissional Serviço Social e sua vinculação com as políticas sociais.Tem experiência docente em Serviço Social na Graduação e Pós-graduação, contemplando as três esferas:pesquisa, ensino e extensão.Tem sua trajetória profissional inscrita na gestão e operacionalização de diferentes políticas sociais: saúde, agricultura, desenvolvimento econômico, assistência social. , Esteve vinculada ao processo de discussão e construção do projeto pedagógico de formação profissional através de diferentes espaços: ABEPS, CRESS, Movimento Estudantil.

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the curricularization of University Extension from a critical historical rescue of the Education policy in Brazil, which considers that its bases are based on the class relationship, which dialogues directly with Social Work, since the expressions of the Social Question are structuring for professional intervention, with the ethical-political project being a relevant theoretical-methodological framework for overcoming the listed challenges, as well as for the organization of Extension in Social Work.

KEYWORDS: Curricularization of University Extension; Ethical Political Project of Social Work; Education Policy

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a Curricularização da Extensão Universitária no Serviço Social, a partir de um resgate histórico crítico da política de Educação no Brasil a qual consideramos que suas bases se fundamentam na relação de classes, o que dialoga diretamente com o Serviço Social, uma vez que as expressões da Questão Social são estruturantes para a intervenção profissional, sendo o projeto ético político um referencial teórico-metodológico relevante para a superação dos desafios elencados, bem como para a própria organização da Extensão Universitária no Serviço Social.

Compreendido o quanto o capitalismo é determinante para a efetivação das políticas públicas e o quanto as moldam resgatamos, ainda que superficialmente, a constituição do ensino superior no país e como a Extensão Universitária não pode ser dissociada do movimento da política de educação, configurando inclusive como elemento imprescindível no contexto da graduação.

Com base nestas análises refletimos sobre a contradição em que se dá a aprovação da lei e a Resolução Nº7 – 18/12/2018 CNE/MEC que orientam acerca da Curricularização da Extensão Universitária visto advirem de uma luta histórica dos movimentos sociais e a conquista se dar em um momento de hegemonia do neoliberalismo e de um governo golpista e conservador. Certamente, trata-se de uma contradição aparente visto que os recursos financeiros necessários a qualquer política se mantém escassos ou inexistentes o que é coerente com o modelo econômico vigente que vem ao longo dos tempos criando as condições para o aumento da exploração da/o trabalhador/a, além da redução de direitos.

A partir daí elencamos alguns desafios fundamentais de serem enfrentados, a fim de que por meio da organização política sejam criadas as condições para a efetivação da Curricularização da Extensão Universitária de forma que se avance na consolidação do tripé que envolve de maneira indissociável o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Por fim, resgatamos a relação do Serviço Social com a Extensão por meio dos documentos basilares que orientam a profissão como o Código de Ética, a Lei que regulamenta a profissão e especialmente as Diretrizes Curriculares. Importante destacar o quanto o Movimento de Reconceituação, referência fundamental para a intervenção crítica da profissão ainda reverbera como uma luz que ilumina, das trilhas do passado a caminhada no tempo presente com vistas ao amanhã desejado.

Assim, com uma perspectiva de classe a luz do projeto ético político do Serviço Social iniciamos uma reflexão sobre como a educação no Brasil é dual, orientada por um processo de institucionalização sustentado pela relação com o *trabalho*, mais especificamente pela *divisão social e técnica do trabalho*, a refletir a luta de classes.

AS BASES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA RELAÇÃO DE CLASSES

A educação em um sentido amplo pode ser compreendida como aquela que se faz no percurso da existência, seja ela experimentada no cotidiano das relações de produção e reprodução da vida ou por meio de estratégias e espaços formais de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva é possível considerar assim como Saviani (2007, p. 155) que por meio do escravismo antigo despontam-se duas modalidades distintas e arredadas de educação: “[...] uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres; e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais”.

Nesta direção identificamos que a educação formal, viabilizada pelos sistemas de ensino, é esboçada mediante as correlações de forças e interesses de classes,

bem como configuram-se sob as condições econômicas, sociais e culturais dos países e seu posicionamento na esfera internacional⁴. Para a edificação da sociedade moderna e contratual, industrializada, urbanizada e orientada por relações formais, foi fundamental a generalização da escola (por meio de um sistema educacional) e a internalização de valores próprios deste tipo de formação social denominado capitalismo. Mézáros sintetiza tal percurso na seguinte afirmação:

A natureza da educação [...] está vinculada ao destino do trabalho. [...] Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo - a sociedade mais desigual de toda a história [...] se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque quotidianamente esses valores na mente das pessoas (MÉSZÁROS, 2008, p. 16-17).

Portanto, a organização dos complexos sistemas educacionais far-se-ão como uma exigência da sociedade capitalista, concebidos pelo Estado com a finalidade de viabilizar não somente a formação de uma intelectualidade que produz conhecimento, a configurar-se como as elites econômica e políticas dos países; mas também reúne esforços para a criação de consensos, naturalização e reprodução do modo de vida assentado no capitalismo. Ou seja, a educação interfere na sociabilidade humana, apesar de não ser responsável por ela, e assume a função social tanto de contribuir com a reprodução do *status quo*, adotando uma perspectiva moralizadora e instrumental para o trabalho; quanto pode colocar-se como uma possibilidade de alargar os horizontes dos indivíduos e coletividades no sentido de aventar a emancipação humana.

No Brasil, impôs-se ao longo da história um sistema de ensino dual, a privilegiar a formação das elites em detrimento da classe trabalhadora, deixando marcas até os dias atuais (SAVIANI, 2007). Neste sentido, o diálogo entre o Serviço Social e a Educação torna-se incontornável, uma vez que as expressões da Questão

⁴Tal como nos apresenta (LUCÉ, 2018), o Brasil encontra-se no campo dos países capitalistas periféricos que se renderam a um modelo de desenvolvimento *dependente* e *combinado*, frente ao fundamento imperialista, vinculando-se de forma subalterna na *divisão internacional do trabalho* por pressão e imposição dos valores e projetos estabelecidos pelos países capitalistas centrais.

Social são estruturantes da própria lógica que orienta a constituição dos Sistemas de Ensino.

Desde a década de 1930 a pauta da educação encontrava-se nas agendas políticas governamentais. Importa destacar as pressões realizadas pelos movimentos sociais, muitos deles influenciados pela migração de espanhóis e italianos que traziam ideias revolucionárias para o país. Contudo, somente a partir dos anos 50 que o país vivencia um contexto de modernização econômica e urbanização das cidades, exigindo a ampliação de trabalhadores qualificados para os setores do comércio, indústria e serviço, premindo pela expansão do sistema educacional.

Em 1953 por meio da Lei Nº 1.920 foi estabelecida a separação entre o Ministério da Saúde e da Educação, sendo este último denominado 'Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1953). Esta alteração promoveu novos debates, manifestos e iniciativas, como a necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a Educação, aprovada em 1961. Mesmo com a promulgação da LDB de 1961 e de 1971, e as investidas ao longo da ditadura empresarial-militar neste campo (1964-1985), a sociedade brasileira encontrava-se em 1983 com metade de sua população de analfabetos e semiletrados.

Com a redemocratização do país em 1988 foi promulgada uma nova Constituição Federal que ficou marcada como uma Constituição Cidadã. No entanto, de forma paradoxal, a almejada democratização e alargamento das políticas sociais, ficou comprometida diante da hegemonia neoliberal que se estabeleceu em termos mundiais, e especificamente nos governos pós-ditatorial no Brasil. A década de 1990 foi marcada por imposições de ajustes feitos por meio dos tratados internacionais, tais como: *Consenso de Washington* (1989); *Tratado de Marrakech* que institui a Organização Mundial do Comércio (OMC/1995); Acordo do Livre Comércio Americano (ALCA/1994), e o *Tratado de Maastricht* (1992) que designa a unificação europeia.

Cria-se um quadro jurídico e político para a expansão da mundialização do sistema do capital e do capitalismo transnacional,

desregulamentação da economia e liberalização das privatizações com a presença das corporações transnacionais e organizações multilaterais - Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), e a Organização mundial do Comércio (OMC). As recomendações destes órgãos desencadeiam as contrarreformas implementadas pelo Estado que irão incluir o enxugamento das políticas sociais, a internacionalização dos serviços (inclusive da educação), com todos os agravantes de uma sociedade de economia dependente (MACIEL, 2020, p. 137).

Importante registrar que no final do século XX o ensino fundamental obrigatório encontrava-se praticamente universalizado no que concerne ao acesso das/os estudantes. No entanto, o aspecto da qualidade ainda é uma ferida aberta no sistema de ensino nacional, sem falar no acesso ao ensino superior.

ENSINO SUPERIOR E OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O ensino superior no Brasil é considerado como um acontecimento tardio visto as experiências no continente europeu e em outros países da América Latina. Ao contrário da colonização espanhola os portugueses mostravam-se hostis à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira, sendo as primeiras instituições de ensino superior (IES) criadas somente no início do século XIX quando a corte portuguesa, em 1808, se transferiu para a colônia.

No final do Império (1889) o país contava com seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior. No início da década de 1930 já haviam muitas escolas de ensino superior vinculadas ao setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica. No entanto, o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes.

A luta pela ampliação de vagas atravessou as décadas seguintes, ocorrendo no período da ditadura empresarial-militar uma expansão da oferta pela iniciativa

privada, sem, contudo, atender as necessidades da sociedade. Registra-se ainda as denúncias do Movimento Estudantil ao longo da década de 1960 sobre a atividade de pesquisa ser realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos.

Em 1968, sob pressão da sociedade foi realizada uma Reforma Universitária (Lei 5540/68) que profissionalizou a academia, institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incrementou uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional. Salienta-se, em oposição, as determinantes influências do Plano *Atcon* e da comissão Meira Mattos, alinhando os grupos compostos por conservadores, representados pela classe dominante (banqueiros, latifundiários, industriais e comerciantes); segmentos da Igreja Católica e representantes dos segmentos médios que aspiravam conquistas sociais; acrescida a atuação da burguesia internacional na política e na economia brasileira, que leva outros autores a denominar de *contrarreforma universitária* (BOSCHETTI, 2007). Isto porque o objetivo dos grupos supracitados eram o de responder aos anseios e necessidades do capitalismo monopolista, orientando-se por uma perspectiva utilitarista da educação, pautada no modelo norte-americano no que se refere à organização administrativa e pedagógica, à autonomia didática e financeira e à finalidade da Universidade como apontou Maciel (2020).

Vários especialistas indicam que esta reforma definiu a estrutura da universidade como o modelo de referência para a expansão do sistema de ensino superior, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão. Os estabelecimentos isolados de ensino passaram a ser considerados como excepcionais. Além disto a universidade passou a ser organizada por departamentos, o regime passou a ser por semestre e o sistema de créditos, sendo alterado também o regime de contratação dos docentes que passou a ser por tempo integral, sendo requerido os títulos de mestre e doutor como uma necessidade inclusive para progressão.

O sistema de ensino superior no Brasil foi-se consolidando por meio da oferta de serviços público e privado, formalizado na Constituição Federal de 1988 e

normatizado na Lei Nacional de Diretrizes e Bases de 1996. Atualmente o sistema público é constituído pelas IES públicas que podem ser federais, estaduais e municipais e privadas que podem ser confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas.

Com base neste processo histórico, Imperatore e Pede (2016, p. 4) afirmam que a política de educação sofreu muitas influências, especialmente pelo mercado da educação que se caracteriza não só pela intervenção na capacitação, mas também na forma e tempo de oferta dos cursos, privilegiando os interesses do mercado. De acordo com os autores:

[...] evidencia a histórica disputa entre concepções antagônicas de educação que se desenrolam no cenário do mercado da educação e culminam com uma educação conformada ao mercado (ensino-capacitação) caracterizada pela expansão do ensino superior através da multiplicação de instituições privadas não universitárias e de cursos de curta duração focados na certificação para o trabalho (educação enquanto produto industrial).

Em relação aos aspectos que consolidaram a Extensão Universitária no Brasil Gurgel (1986) colabora delimitando três fases: a primeira constituída pelo período entre 1912 a 1930, denominado o pioneirismo; o segundo período entre 1930 a 1968 - período de experiências isoladas e entre 1969 a 1976 como o início do processo de institucionalização vigente.

Segundo Nogueira (1999) a Extensão no Brasil teve início na antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, com influências europeias, tinha como característica a realização de cursos destinados a pessoas fora do ambiente acadêmico.

Segundo a autora, esse pioneirismo foi marcado pela criação da Universidade Popular que existiu na Universidade Livre de São Paulo e pela fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa nos moldes dos "Land Grant Colleges dos Estados Unidos". Portanto, foi com base nessas duas experiências que começam a emergir ideias tanto dos "cursos de extensão" como de extensão universitária como forma de prestação de serviços.

A primeira referência legal que vai definir concepções e práticas de extensão se dá em 1931, no Estatuto das Universidades Brasileiras através do decreto 19.851 de 11 de abril. Nele se coloca a necessidade de ampliar as ações universitárias para além dos seus muros, com o objetivo de maior amplitude dessas ações, visando contribuir com a elevação do nível cultural geral do povo.

Porém, apesar de outras orientações anteriores a primeira Política de Extensão data de 1975 e traz a proposição de diretrizes extensionistas para as universidades a partir do Plano de Trabalho de Extensão Universitária. A elaboração do plano se torna fundamental pois vai definir concepções, diretrizes e normas em âmbito nacional, visando estimular a integração entre as ações das diferentes IES.

Para Nogueira (1999) o plano vai trazer as seguintes inovações: a primeira refere-se a mudança/ampliação do público atendido pela ação extensionista: organizações, outras instituições e populações de um modo geral, afastando-se da clientela historicamente atendida. A segunda, diz respeito à articulação da relação ensino-pesquisa-extensão e a terceira traz a concepção da relação dialógica universidade-sociedade através das trocas entre o saber acadêmico e o saber popular, em oposição a hierarquia e autoritarismo que demarcaram tais ações. A quarta inovação constitui a ampliação do rol de atividades de Extensão.

No final da década de 1980 é então criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, sendo este um momento propício uma vez em que estava em discussão a autonomia acadêmica, o papel das universidades e o seu compromisso com os setores menos favorecidos da população.

[...] ao final do século XX e início do século XXI, profundas mudanças provocadas pelo processo de globalização e mundialização do capital acarretaram novas exigências ao Estado e, por consequência, importantes mudanças na educação sob influência de agências de financiamento como a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e o Banco Mundial – BM. Nesse cenário, a política educacional brasileira do período deve ser avaliada sob o contexto das reformas neoliberais implementadas pós-1990, alinhadas à necessidade de formação de mão de obra qualificada e educacionalmente credenciada tanto no âmbito da gestão pública e privada,

como nos setores industriais de tecnologia de ponta, dependentes de pesquisa científica. (IMPERATORE; PEDE, 2016, p.3)

Na análise das ações extensionistas Gurgel (1986) aponta que o Brasil ao longo de suas experiências teve influências tanto europeia na promoção de cursos, palestras e simpósios, quanto norte americana no que diz respeito à prática de prestação de serviços inicialmente na área agrícola. Nogueira (1999) considera que as ações e atividades variaram desde práticas assistencialistas a práticas emancipadoras, sendo que por vezes há também uma desarticulação das ações de ensino e pesquisa, mas, contudo, com uma certa dependência.

Ao considerarmos todo o processo de instituição da Extensão Universitária no país fica explícito que ela não pode ser considerada dissociada do próprio movimento da política de educação e das disputas entre as forças em presença, sendo necessário um constante repensar a política que vai se configurando como elemento imprescindível no contexto da graduação.

Conforme nos aponta Ferraz (2019, p. 25) “convém destacar que tais variações acompanham o período histórico em que são empregadas, tal como refletem condições políticas, econômicas e sociais, que marcaram os projetos societários e universitários em disputa”. É nesta perspectiva que se deve considerar a Curricularização da Extensão Universitária pois embora seja decorrente de uma luta de décadas contraditoriamente se efetiva legalmente num período de hegemonia do neoliberalismo sob um governo conservador. Apesar da aparente contradição a questão se elucida sob a ausência substancial de investimentos financeiros para a Extensão Universitária. Isto denuncia não só a precarização da política de Educação como o todo, como também a exploração e o produtivismo em que se encontram as/os docentes no ensino superior, em que pese ser esta condição do conjunto das/os trabalhadoras/es da Educação.

Contudo, é importante compreender a nova curricularização da Extensão Universitária posto ser uma conquista de classe e um marco para o ensino superior no país.

NOVOS PRESSUPOSTOS PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A partir de inúmeros debates acerca das ações de extensão no ensino de graduação, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014) aponta como uma de suas estratégias, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, através de programas e projetos de Extensão em áreas de pertinência social. Segundo Carbonari e Pereira (2007, p. 27) “a extensão, enquanto responsabilidade social faz parte de uma nova cultura, que está provocando a maior e mais importante mudança registrada no ambiente acadêmico e corporativo nos últimos anos”.

A Resolução N°7 – 18/12/2018 CNE/MEC define as diretrizes para a Curricularização da Extensão nos Cursos de graduação do país e indica, entre outras, que a Extensão deve se integrar à matriz curricular e estar em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, como podemos verificar no 3º artigo da referida Resolução:

3º. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Esta perspectiva impõe a necessidade de que seja promovido o debate no seio da comunidade acadêmica uma vez que a incorporação da Extensão para dentro do currículo não consiste apenas em incorporar horas, mas conceber novas estratégias que articulem de fato Ensino-Pesquisa-Extensão. Este processo dialógico significa como orienta Imperatore e Pede (2016, p. 1) conceber inclusive a forma em que os currículos devem se estruturar.

A curricularização da Extensão proposta pela política pública desafia as instituições de ensino superior brasileiras a repensarem suas concepções e práticas extensionistas, historicamente assistencialistas e ou mercantilistas e, excepcionalmente alinhadas às demandas da sociedade e à dinâmica curricular.

É importante reforçar que a extensão não se caracteriza apenas pela aplicação de conteúdo ou experimentação dos mesmos. Pela experiência acumulada em Extensão na Universidade de Brasília (UnB) percebemos que quase sempre a Extensão se realiza como um desdobramento de pesquisas realizadas, o que confere na prática a indissociabilidade entre Pesquisa e Extensão que se estende para o ensino especialmente quando tem aderência das/os discentes e outros membros da comunidade acadêmica. Trata-se na prática de uma “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (CNE/MEC, 2018, p. 2).

É certo que a Extensão Universitária tem um papel fundamental no sentido de garantir o compromisso social da universidade com a sociedade e configura como um espaço privilegiado para colocar à disposição das pessoas os conhecimentos produzidos. Há, portanto com a Extensão Universitária a oportunidade de contribuir com uma melhor qualidade de vida das pessoas.

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Rocha, 2007 apud SILVA, 2011, p.2).

Contudo, é preciso identificar os desafios que se colocam especialmente neste contexto de precarização cada vez mais agravado da política educacional, com vistas a buscar as superações, pois trata-se de um campo da formação profissional a décadas reivindicado, sendo um consenso histórico a importância e a indissociabilidade do tripé. Como apontou Bertollo (2021, p.150)

Tal ação assume, em nosso entendimento, um caráter contraditório. De um lado, a compulsoriedade de cumprimento desta meta sem maiores condições objetivas por parte das Instituições de Ensino e pelos/as discentes haja visto contexto de precarização cada vez mais agravado da política educacional, e por outro, a luta e defesa da extensão enquanto um momento importante do processo de ensino-aprendizagem de novos/as assistentes sociais e que pode contribuir direta e significativamente no enfrentamento dos dilemas

da sociedade brasileira, se assumir e se orientar pelo caráter popular e classista.

Neste sentido, elencamos alguns desafios que consideramos serem de primeira monta tendo em vista a implantação da Extensão Universitária conforme orienta a Resolução CNE/MEC Nº7 – 18/12/2018. Sejam:

- i) conceber uma Extensão que coadune com os planos de desenvolvimento institucional, projetos políticos institucionais e aos projetos políticos pedagógicos dos cursos;
- ii) identificar na estrutura curricular como equacionar a oferta de disciplinas, considerando inclusive o número de horas de ensino e de extensão uma vez que a orientação é que a Extensão corresponda a 10% da carga horária do curso, sendo que a carga horária do curso não poderá ser aumentada.
- iii) aprofundar o caráter interdisciplinar da Extensão, verificando as possibilidades de interação e execução com áreas afins;
- iv) verificar e criar as condições objetivas para efetivar as propostas e aí leia-se financiamento. É importante que exista financiamento para as ações, incluindo bolsas para discentes e também para as/os docentes.
- v) identificar na sociedade demandas que possam ser associadas às possibilidades de oferta de atividades de Extensão articulando os interesses. Para tal, a luz da experiência acumulada no Serviço Social em relação ao estágio curricular é provável que se faça necessário um núcleo de coordenação de Extensão.

Muitos são os desafios que se descortinam. Embora o ano de 2022 tenha sido a referência em decorrência do limite estabelecido pelo Ministério da Educação, sabemos que dada as condições objetivas e subjetivas há ainda um longo caminho a ser trilhado.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL: UMA APRECIÇÃO SOBRE OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS E ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

A Extensão Universitária no Serviço Social sempre esteve presente, embora não teorizada ou sistematizada. Considera-se que por ser uma profissão que intervém nas refrações da Questão Social, sua aproximação com segmentos mais pauperizados da sociedade permite uma aproximação por meio das requisições postas pelo Estado, a partir das políticas sociais.

De acordo com FERRAZ (2019, p.62) a Extensão Universitária no Serviço Social esteve até os anos de 1970 intimamente vinculada ao Desenvolvimento de Comunidade, “voltado pra integração social com diferentes direcionamentos a depender das propostas de desenvolvimento assumidas pelo Estado nas diversas conjunturas” ou de educação popular.

A partir dos anos de 1960, dada a efervescência política, o Serviço Social enquanto profissão começou a questionar a ordem societária vigente, bem como buscou romper com o conservadorismo que norteava a profissão e passou a aproximar-se dos movimentos sociais, bem como dos seguimentos pauperizados com alguma organização social.

Porém com a Ditadura empresarial-militar esse movimento foi interrompido, sobretudo aqueles que tinham vinculação com movimentos sociais e alguma criticidade com o sistema vigente. Identifica-se aqui práticas extensionistas com o viés de controle da ordem, bem como para projetos desenvolvimentistas defendidos pelo governo.

É a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com o debate da corrente interna ao Movimento de Reconceituação denominado de “Intenção de Ruptura” (NETTO, 1991) a profissão passa a ter um novo direcionamento político, aproximando-se ética e politicamente do compromisso com a classe trabalhadora, defendendo uma nova ordem societária, com justiça e equidade social, pautada em princípios de cidadania e democracia.

Nos anos de 1990, no clima de redemocratização do país, após um amadurecimento da profissão sustentado pelo acúmulo teórico metodológico na perspectiva crítica vão ocorrer inúmeros debates que culminaram na elaboração de documentos basilares para a profissão como: a Lei que Regulamenta a profissão, o Código de Ética – ambos de 1993, que completam neste ano 30 anos e ainda, em 1996 após um amplo processo de discussão a aprovação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social conduzida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Estes documentos, ainda uma referência na atualidade, foram pautados na perspectiva crítica e ético político, orientando como aponta Cariaga e Burginski (2019, p. 789) o exercício e a formação profissional.

A questão social e a ética assumem centralidade no projeto, ao mesmo tempo em que requisitaram a resignificação de práticas interventivas diante das novas áreas e campos de intervenção que se abriam, em uma dinâmica de alargamento de espaços de inserção profissional, que também se configurou a partir da legitimidade por meio da produção do conhecimento e do reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários.

Sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p.7) importa destacar que a mesma não orienta especificamente acerca da Extensão Universitária, em que pese defender a indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. No entanto, alguns princípios e diretrizes contribuem uma vez sinalizarem para que a formação profissional crie as condições para uma apreensão crítica da realidade por meio da perspectiva de Totalidade que deve considerar os sentidos da formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, apreendendo as Particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as contradições e as mediações, sendo o Serviço Social uma profissão que interfere nas manifestações da Questão Social. Destacamos como contribuição firmadas nas Diretrizes Curriculares:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

Na análise feita por Ferraz (2019) pode-se enumerar uma série de áreas nas quais as práticas extensionistas do Serviço Social estão fundadas, sendo algumas delas no campo das políticas públicas de: Assistência Social, Saúde, Questão Urbana, Questão Rural, Educação, Arte, Questão Ambiental, Idosos, Assessoria, População LGBT, Cooperativismo, Sócio-jurídico, Segurança Alimentar e Trabalho, sendo a perspectiva adotada voltada para a articulação com os movimentos sociais, conselhos de direito, organizações governamentais e não-governamentais, demonstrando a responsabilidade da formação profissional com seu papel social.

Portanto, extensão universitária nos cursos de Serviço Social pode vir a contribuir tanto com uma formação mais qualificada e rigorosa das/os discentes na medida em que tem potencial para minimizar barreiras e construir pontes para a compreensão das expressões da questão social; quanto incidir de forma pedagógico e educativa nos contextos sociais, a cumprir sua função social desde que haja o processo de aprendizagem acompanhado. Quer dizer, a curricularização da extensão exige investimento institucional: na adequada composição do corpo docente; na planificação das atividades; nas condições objetivas para alcançar as manifestações da questão social nos territórios, e condições objetivas para que às/aos discentes se insiram com dignidade e entusiasmo nos projetos; no compromisso com o projeto ético-político da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Curricularização da Extensão Universitária remete-nos para um processo histórico que deve considerar as forças políticas em presença na sociedade, sendo a

luta pela democratização do acesso e pela qualidade da Educação no país uma constante, uma vez que há uma apropriação do mercado no sentido de influir não só na oferta do ensino como também direcionar o conteúdo e os objetivos da formação.

Embora os movimentos sociais ao longo de décadas venham defendendo a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, somente agora em tempos de hegemonia do neoliberalismo e de um governo conservador a Extensão é regulamentada sem que com isto haja um investimento financeiro à altura o que leva ao entendimento de que há um aumento de pressão sobre as/os trabalhadoras/es da Educação no sentido de um aumento na produção, sem contudo haver melhorias no salário e nas condições de trabalho. Isto sem falar no valor irrisório das bolsas destinadas aos estudantes de graduação e ausência de investimento para a realização das atividades.

Importa destacar a urgência da abertura de debates permanentes na comunidade acadêmica tendo em vista a necessidade de reajustes no Projeto Pedagógico dos cursos culminando na oferta de disciplinas. Além disso, há de se verificar a organização de um gerenciamento dos projetos para que aja uma maior integração entre a demanda da sociedade e a capacidade de oferta interdisciplinar pela universidade.

Em relação ao Serviço Social a história aponta o quanto a Extensão se faz oportuna na formação profissional uma vez oportunizar às/aos discentes e docentes para além do estágio curricular a relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visto a possibilidade de ofertar para a sociedade à luz do projeto ético político contribuições que colaborem para uma emancipação política das/os usuárias/os das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. **Diretrizes Curriculares.**

BERTOLLO, Kathiúça. **Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social.** Além dos Muros da Universidade, vol 6. Ouro Preto: UFOP, 2021.

BOSCHETTI, V. **Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64.** Campinas: Revista HISTEDBR On-line, n.27, 2007, p. 221-229. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/system/files/acervo-livre/cg0128/videocg0128004.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 1.920, de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências, 1953.**

BRASIL. **Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968.**

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.**

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade.** São Paulo, setembro de 2007. Base de dados do Ananguera.

CARIAGA, Maria Helena; BURGINSKI, Vanda Micheli. **Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Praia vermelha, v.29, n.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019

CNE/MEC. Resolução N°7 – 18/12/2018 CNE/MEC define as diretrizes para a Curricularização da Extensão nos Cursos de graduação do país

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional.** Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP, 2019

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez Autores Associados. Universidade Federal do Ceará, 1986

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDE, Valdir. **“Curricularização” Da Extensão Universitária No Brasil: Questões Estruturais E Conjunturais De Uma Política Pública.** 2016. Disponível em: https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curriculariza_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf Acesso: 18/02/2023.



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, F. C. C. **A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira.** Franca, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1998.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** v. 12, n. Revista Brasileira de Educação, 2007.

SILVA, Valéria. **Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica.** XX Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical :Educação Musical para o Brasil do Século XXI Vitória, novembro de 2011.